ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Of. n.º 15 |CNECP|2018

NU | 595452

01-03-2018

Assunto: Participação em reunião Interparlamentar

Para os efeitos tidos por convenientes, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação dos Senhores Deputados Pedro Alves (PSD) e Maria Manuel Rola (BE) na reunião Interparlamentar "A Implementação do novo consenso europeu e os objetivos do desenvolvimento sustentável", que se realizou no Parlamento Europeu, Bruxelas, a 21 de novembro de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão

(Sérgio Sousa Pinto)

Palácio de S. Bento - 1249-068 LISBOA - PORTUGAL - Telefone: 21 391 914 72
E-mail: 2CNECP@ar.parlamento.pt - www.parlamento.pt

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Relatório da Participação da Assembleia da República
na
Reunião Interparlamentar

organizada pela

Comissão de Desenvolvimento (DEVE)

A Implementação do novo Consenso europeu e os objetivos do desenvolvimento sustentável

(Parlamento Europeu, Bruxelas, 21 de novembro de 2017)

Composição da Delegação

A Delegação da Assembleia da República teve a seguinte composição:

- Deputado Pedro Alves (PSD), pela Comissão de Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Deputada Maria Manuel Rola (BE), pela Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

O apoio técnico foi prestado pela Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Cristina Neves Correia.

Síntese

A reunião, que decorreu entre as 9:30h e as 12:30h, inseriu-se na Semana Africana e nela participaram membros do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamentos nacionais da União Europeia (UE), do Parlamento pan-africano, bem como convidados de outros Parlamentos e organizações internacionais. Estes parlamentares debateram, em conjunto com os oradores, partilhando preocupações e boas práticas na implementação do Novo Consenso Europeu e na Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)[1].

[1] Documentação da reunião disponível em:
http://www.europarl.europa.eu/relnatparl/en/meetings.html
Vídeo em:
http://www.europarl.europa.eu/ep-live/pt/committees/video?event=20171121-0900-COMMITTEE-DEVE

Da Reunião

I - Notas Introdutórias

A Deputada ao PE (MEP) Linda Mc Avan (S§D), Presidente da Comissão para o Desenvolvimento (DEVE) do PE, deu as boas-vindas aos participantes, dirigindo-se, especialmente, aos Deputados dos Parlamentos nacionais (Pn), Parlamento pan-africano e restantes convidados.
De seguida, foi exibido um pequeno filme sobre a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a importância de um envolvimento de todos os intervenientes nessa tarefa.

Barbara Pesce-Monteiro, Diretora do Gabinete das Nações Unidas/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em Bruxelas, deu início à sua intervenção, salientando o papel e resposta da UE na implementação da agenda para o desenvolvimento. Continuou, referindo que todos seriam necessários para alcançar os objetivos da agenda 2030.

Referiu, ainda, que a mudança de paradigma era essencial na abordagem dos ODS. Reiterou que os ODS não podiam ser mais do mesmo, pois a nossa sociedade atual não era sustentável, nomeadamente quanto à forma como vivemos, comemos e consumimos. Salientou que a nova abordagem implicava uma mudança na forma de atuação no dia-a-dia e de como fazer e estar na política, sendo necessário mobilizar todos os intervenientes, não deixando ninguém de fora e envolvendo as sociedades no seu todo. Sublinhou, que atingir os ODS não era apenas uma questão de transferência de verbas ou de "doutrinar" terceiros, mas sim uma mobilização das sociedades a todos os níveis, num verdadeiro espírito de parceria, envolvendo todos os atores, entre os quais os Parlamentos nacionais.

Exemplificou este ponto de vista, recordando que a crise das migrações mais não era do que o resultado dos problemas sérios existentes nos países de origem e que, se estes parceiros fossem ajudados e melhorassem de vida, o benefício seria global.

Terminou a sua intervenção, recordando que, no fórum de alto nível, vários países haviam apresentado os seus relatórios sobre o planeamento para a obtenção dos ODS[2] e desejando que todos continuassem a trabalhar neste desiderato comum.

Concluído o painel das notas introdutórias, a reunião continuou com o ponto II do presente relatório.

II- O Consenso Europeu para o Desenvolvimento: uma resposta europeia à implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável nos países em via de desenvolvimento

Este painel, moderado pela MEP **Eleni Theocharous** (GCRE), iniciou-se com as alocuções dos MEPs **Bogdan Brunon Wenta** (PPE) e **Norbert Neuser**, (S§D), relatores do PE sobre o Consenso Europeu para o Desenvolvimento.

O MEP **Bogdan Brunon Wenta** começou a sua intervenção, recordando que o Consenso Europeu era um projeto conjunto e interinstitucional do PE/Comissão Europeia/ Conselho e Estados-membros, num processo que havia culminado com a presidência maltesa e no qual ele, orador, tinha muito orgulho.

Continuou, explicando que o Consenso era necessário para se ter uma resposta coletiva e coordenada para os "cinco Ps" - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria". Sublinhou que o novo Consenso alterava o quadro de cooperação em que a UE se movia, pretendendo eliminar desigualdades, enumerando o contributo da UE e dos EM para a educação, a boa governação, a justiça, o acesso à água e aos recursos naturais.

Prosseguiu, recordando um dos alicerces do Consenso, de acordo com o qual 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) deveria ser direcionado para aqueles objetivos. Referiu-se, ainda, à posição do PE, que sempre defendeu a coerência entre a ação e responsabilização de todas as partes interessadas, envolvendo a sociedade civil e e autoridades locais, com o apoio político e supervisão democrática, nos países

[2] Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, que decorreu em Nova Iorque, de 10 a 19 de julho pp. Relatório de Portugal disponível em: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/14966Portugal(Portuguese)2.pdf

desenvolvidos e em desenvolvimento. Acrescentou que as parcerias público-privadas eram um elemento fundamental deste Consenso. Salientou, igualmente, que as crises de migração tinham de se combater na fonte, melhorando as condições de vida nos países de origem, defendendo, igualmente, a conexão entre a segurança, o ambiente e o desenvolvimento.

Norbert Neuser, MEP (S§D) começou por salientar a importância da realização da reunião, nas vésperas da Cimeira UE- África. Continuou, referindo que a erradicação da pobreza teria de ser uma prioridade para a agenda 2030. Sublinhou, ainda, a importância da alocação da percentagem de 0,7% do RNB para a consecução dos ODS, bem como a importância do respeito pelas vertentes ambientais e sociais, e o envolvimento de entidades públicas e sociedade civil, na obtenção dos referidos ODS. Terminou a sua intervenção recordando que, no ano seguinte, haveria uma reunião similar, na qual esperava que os parlamentares presentes pudessem partilhar os pontos de situação e as ações desenvolvidas nos seus parlamentos e países sobre os ODS.

A reunião continuou com uma intervenção de **Gaspar Frontini**, da Direção-Geral para o Desenvolvimento da Comissão Europeia. O orador começou por recordar que o documento do Novo Consenso havia sido assinado ao mais alto nível, envolvendo as instituições europeias e os seus EM, num quadro de cooperação multinivelada, desde a UE/ONU até às cooperações bilaterais entre EM. Prosseguiu, sublinhando que o novo Consenso se consubstanciava numa resposta à nova agenda internacional sobre o desenvolvimento, tendo a parceria como um dos seus pilares fundamentais. Sublinhou a importância do alinhamento das vertentes climatéricas e humanitárias, essenciais aos ODS. Referiu, ainda, que não podia haver paz sem desenvolvimento, nem desenvolvimento sem paz.

Deixou, ainda, ideias quanto à forma de implementação e acompanhamento do novo Consenso, através de uma ação coordenada entre a UE e os seus EM, salientando as programações comuns no terreno e a mobilização de todas as fontes de financiamento, sendo ainda essencial o respeito pela fasquia dos 0,7% do RNB. Salientou, por fim, a necessidade de mobilização de financiamento e de interesse no setor privado, bem como a coordenação dos diversos programas de cooperação no âmbito do novo Quadro Financeiro Plurianual (QFP).

Seguiu-se uma fase de debate, com intervenções de cerca de três minutos, no qual participaram MEPs, Deputados dos Pns e do Parlamento pan-africano. Em síntese, foram abordadas as seguintes questões:

- A ideia de que Consenso não pode ser só europeu, mas sim global, numa parceria histórica que deve ser renovada, num contexto de relações entre adultos. Sendo a cooperação essencial para África, ela deverá, igualmente, ser importante para garantir a estabilidade europeia. A própria Europa também se desenvolveu graças à ajuda externa, no final da 2.ª Guerra Mundial (Deputado Mohamed, do Parlamento pan-africano);
- Nem sempre a ajuda ao desenvolvimento necessita de se materializar numa mera transferência de fundos. Por vezes, é mais importante apoiar os países em vias de desenvolvimento a levar a cabo reformas internas, por exemplo fiscais, para garantir igualdade na distribuição de rendimento. Como resultado, o país poderá financiar as suas próprias escolas, saúde, etc. (Deputada norueguesa Anniken Huitfeld). Esta ideia foi reiterada pelo Deputado britânico Lloyd Russel Moyle que recordou, no entanto, que os maiores utilizadores dos paraísos fiscais são os países desenvolvidos, pelo que esta ação tem de ser uma prioridade da UE e dos seus EM;
- A importância da coordenação das diversas políticas que fazem parte da agenda para o desenvolvimento. Neste contexto, foram dados exemplos da Grécia (Dep.Dimitrios Emmanoulidis) e Roménia (Deputada Rozália – Ibolya Biró), que têm entidades que que fazem a ligação entre as políticas europeias e nacionais, para que elas sejam coordenadas e abarquem as três dimensões (social, ambiental e económica);
- O progresso do novo Consenso, face ao de 2005, embora com alguns aspetos preocupantes, como um afastamento do objetivo da erradicação da pobreza; os acordos de readmissão; os condicionalismos de segurança; e a falta de supervisão e calendarização. (Deputado luxemburguês Marc Angel);
- A educação, sobretudo das mulheres e a segurança alimentar como elementos de alavancagem do desenvolvimento e obrigação moral, bem como a erradicação da pobreza e a segurança alimentar (Stella Bianchi, C. Deputados italiana);

- Foi ainda colocada uma questão, pela Deputada espanhola Ana Bélen Terrón Berbel, que pretendeu saber qual o grau de apoio do Consenso no PE. A moderadora respondeu: 405 votos a favor, 70 contra e 159 abstenções;

- A ideia de que o Consenso não o seria verdadeiramente, na medida em que apenas teria obtido 54% de votos dos MEP[3], sendo um Consenso débil para um desenvolvimento débil. O Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Nórdica Verde (GCEUE/ENV) apresentou um parecer alternativo, discordando de vários pontos, nomeadamente: o nexo entre a ajuda e a segurança e o controlo de fronteiras. Incluía, ainda, a necessidade do reforço da questão do género e dos mecanismos de prestação de contas (MEP Lola Sanchez Caldentey, GCEUE/ENV);
- A ideia de que a UE tem de reforçar a sua preocupação e contributo face às alterações climáticas, sobretudo atendendo ao facto de os EUA estarem a reduzir a sua colaboração nesse domínio (MEP Heidi Hautala, Verdes/Aliança Livre Europeia).

Seguiu-se um breve encerramento dos oradores, após o que se passou ao painel subsequente.

III - Perspetivas de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Este painel, moderado pela MEP **Lola Sánchez Caldentey** (GCEUE/ENV), teve início com uma intervenção de **Guido Schmidt -Traub**, diretor executivo da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável/ Fundação Bertelsmann, que apresentou os índices e painéis de ODS em 150 países do Mundo,[4] tabela essa liderada pela Suécia, Dinamarca e Finlândia, com índices, respetivamente, de 85,6, 84,2 e 84. Conforme explicado, o índice de ODS classifica os países em termos de sua situação inicial com relação aos 17 ODS, considerando "inicial" os dados mais próximos de 2015 que

[3] Esta ideia foi rebatida, na medida em que, só estando presentes, no dia da votação, 634 deputados, 405 votos a favor seria uma percentagem de 64% e os 70 votos contra apenas 11% dos votos expressos.
[4] Versão portuguesa do relatório 2016 disponível em: http://www.sdgindex.org/assets/files/SDG-Index-PT-02.pdf. Portugal está em 34.º lugar com um índice de 71,5%..

estiverem disponíveis, tendo o orador referido que, em muitos casos, a informação de partida tinha sido deficitária.

O orador deu alguns exemplos dos países analisados verificando-se, por exemplo, que os EUA não estão tão bem classificados como seria de esperar, nomeadamente devido a problemas ambientais e de segurança.

Referiu que, em muitos casos, os dados da análise apresentada não eram utilizados no debate político interno, sendo importante que assim fosse.

Seguiu-se uma alocução de **Keit Pentus-Rosimannus,** Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Externos do Riigikogu, Parlamento da Estónia, país detentor da Presidência rotativa do Conselho da UE no segundo semestre de 2017.

A oradora começou por salientar a dificuldade dos EM explicarem, internamente, a lógica de despenderem verbas para o desenvolvimento, havendo tantas necessidades internas a suprir. Continuou, sublinhando que o desenvolvimento sustentável excedia as nossas fronteiras, prevendo-se que, nos 20 ou 30 anos seguintes os problemas tendiam a aumentar, fruto das alterações, climáticas, demográficas e outras.
Continuou, referindo que todas as presidências da UE deveriam ter esta questão como prioridade na agenda, atendendo à sua importância e transversalidade. A este propósito referiu, como exemplo, a indústria têxtil, altamente poluente, uma vez que 80 % dos componentes do seu processo produtor são desperdiçados, sendo este o maior setor exportador do Bangla Desh. Neste contexto, sublinhou ser fundamental promover práticas sustentáveis e incorporação de produtos e tecnologias amigos do ambiente, em simultâneo com a luta contra a pobreza.

Seguiu-se uma fase de debate, na qual foram abordadas, em síntese, as seguintes ideias:

- O novo Consenso faz parte da ação externa da UE, tratando-se de uma plataforma de compromisso e uma obrigação para com os nossos parceiros (MEP Enrique Guerrero Salom (S§D);
- A necessidade do acompanhamento parlamentar da matéria, tendo sido dados exemplos do Senado espanhol, que prevê a realização de uma reunião com

todas as comissões parlamentares e autonómicas para analisar o plano diretor espanhol sobre esta matéria (Senador espanhol Rubio Mielgo), ou da Assembleia Nacional francesa, (Deputado Damien Pichereau), que reportou a organização de uma mesa redonda sobre o tema, bem com uma repartição horizontal dos ODS, em que cada comissão segue os ODS da sua esfera de competência. Ou ainda o Parlamento sueco (Deputada Maria Andersson Willner) que, regularmente, recolhe informação das ONGs que, no terreno, aplicam a ajuda ao desenvolvimento;

- A necessidade de incorporar, no debate parlamentar interno, a responsabilidade das empresas em assegurar *standards* obrigatórios que respeitem os ODS, questão abordada pela MEP Heidi Hautala (Verdes), bem como por oradores dos Parlamentos do Reino Unido, Holanda, Dinamarca e Alemanha;
- A boa governança, luta contra a corrupção e educação feminina na aplicação dos programas de desenvolvimento, prioridades assumidas pelo Parlamento nigeriano;
- A importância de um debate transversal, no qual possam ser partilhadas boas práticas para garantir sustentabilidade às gerações futuras (Deputada húngara Monika Bartos, que salientou, ainda, a experiência que a Hungria tem na gestão dos recursos hídricos, colocando esse *know -how* ao serviço dos restantes);
- A urgência de se enfrentar a crise das migrações em conjunto e de forma realista e com uma política de migração consistente (Senador italiano Gianpiero Dalla Zuanna), bem como o respeito pelo Compromisso de Dublin em relação à recolocação e a incorporação da vertente de segurança na política de cooperação (Senadora italiana Marietta Tidei);
- A necessidade de passar do papel à ação (Deputada espanhola Ana Belén Terrón).

Participou no debate a Deputada Maria Manuel Rola (BE) referindo que, da análise dos indicadores apresentados, se notava claramente que a Europa se encontrava em situações diferenciadas. Continuou, manifestando a sua preocupação face à externalização dos fatores negativos para outros continentes e questionou de que forma isso estaria espelhado naquilo que são os planos dos ODS.

Pretendeu ainda saber de que forma os ODS 12, 13 e 14,[5] eram medidos e apresentados e quais os fatores que, para tal, eram tidos em conta. Salientou os

[5] ODS: 12- Produção e consumo sustentáveis; 13 - Ação climática; 13- Proteger a vida marinha.

números negativos e preocupantes dos países da OCDE nestes três ODS relacionados com aspetos climáticos, sendo que os mesmos se refletiam, atualmente, de forma muito negativa em Portugal e Espanha, nomeadamente através de uma seca severa e de uma vaga de incêndios. Indagou, ainda, quando e como se começaria a trabalhar na não exploração recursos, em especial da água, por exemplo através de transvases que levam a água de um local ou país para o outro para utilização na agricultura intensiva.

Terminou, referindo que a escassez de recursos, nomeadamente hídricos, como a que já se sente na Península Ibérica, se vai traduzir em mais migrações, possivelmente guerra, pelo que, apesar de problemas locais, os mesmos iriam ter uma consequência global, exigindo, igualmente, uma resposta global.

A reunião foi encerrada pelo MEP Arne Lietz (S§D), remembro da Comissão DEVE e responsável pelas relações com os PNs, que salientou a necessidade de se continuar o trabalho de implementação dos ODS de forma otimista, num ambiente de parceria e de partilha de boas práticas, permitindo, assim, que, em 2019, se pudessem reportar progressos efetivos às Nações Unidas.

Assembleia da República, 7 de dezembro de 2017

Os Deputados da Assembleia da República,

Pedro Alves

Maria Manuel Rola